



## **A CULTURA ESCOLAR CATARINENSE NA DÉCADA DE 1850: A CRIAÇÃO DO LICEU PROVINCIAL E O DEBATE EM TORNO DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES ALEMÃES E PROTESTANTES**

Leonete Luzia Schmidt<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho resulta de pesquisa realizada com o objetivo de conhecer aspectos da cultura escolar catarinense, da década de 1850. Buscou-se descrever e analisar alguns elementos-chave que compõem a organização e o funcionamento do Liceu Provincial, tais como as normas, os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares. Foram analisados documentos oficiais, como relatórios do presidente da Província, do diretor geral de Instrução Pública, do diretor do Liceu Provincial, entre outros documentos. Além dessas fontes, também as notícias de jornais sobre a instrução pública foram constantemente utilizadas para se contrapor aos documentos oficiais. A educação escolar catarinense desse período apresenta traços do liberalismo moderado, característico das primeiras décadas após a proclamação da independência. Ao mesmo tempo que a instrução é proclamada como necessária, também é sinônimo de perigo. Sendo assim, o ideário era criar escolas que atendessem determinados interesses. As normas e práticas deveriam girar em torno de valores como obediência à religião católica e às instituições do Estado. Neste sentido a contratação de professores protestantes ou ateu para Liceu gerou uma série de conflitos na Província, ao mesmo tempo, que foram disseminadores de uma nova cultura na prática escolar.

**Palavras-chave:** Educação Catarinense. Liceu Provincial. Ensino Secundário em Santa Catarina.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, Professora do Curso de Pedagogia, Campus Pedra Branca, Universidade do Sul de Santa Catarina/UNISUL. Endereço eletrônico: leonete.schmidt@unisul.br.

## PRIMEIRAS INICIATIVAS DE ENSINO SECUNDÁRIO EM SANTA CATARINA

A partir da independência política do Brasil, a educação escolar se torna uma questão de Estado e ganha, gradativamente, mais espaços nas discussões dos dirigentes do país. As idéias propagadas na época eram que da instrução dependiam os progressos civilizadores, materiais e políticos de uma nação. A instrução era considerada uma peça fundamental na construção do Estado Nacional brasileiro com perspectivas de vir a ser um país desenvolvido como os europeus. O processo de escolarização estava vinculado à afirmação e ao fortalecimento dos Estados Modernos. No Brasil oitocentista o processo de escolarização foi um dos elementos centrais na afirmação do Estado Imperial.

Em Santa Catarina era comum aparecer nas páginas de jornal da época, nos relatórios de presidente de província, de diretores de instrução pública, entre outros relatos de dirigentes do período, um discurso civilizatório e legalista, sempre articulado com a necessidade de instruir o povo. Conforme artigo publicado no jornal *O Cruzeiro do Sul*, "a mais imperiosa necessidade administrativa de que se resente o Brasil, é inquestionavelmente a organização sistemática da educação e da instrução"<sup>2</sup>. No mesmo artigo, o editor do jornal afirmava que "os presidentes das províncias, e as respectivas assembleias têm buscado corresponder a esta legítima exigência de um povo civilizado; mas tão generosos esforços têm sido estéreis e improfícuos na prática".<sup>3</sup>

A educação era vista pelos dirigentes como um caminho para a concretização de uma nova política para o país, pois através dela poderia envolver a população nos interesses do Estado: "O grupo no poder necessitava construir sua hegemonia, vendo-se constantemente ameaçado, de um lado, por revoltas que ocorriam do nordeste ao sul do país e, por outro lado, pela indiferença de grande parte da população para a qual Pátria nunca existiu".<sup>4</sup> Schafaschek salienta que "o ideal de civilidade requeria uma sociedade formada por indivíduos unidos pelo governo central e pela lei".<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup>A distinção entre educar e instruir aparecia sempre que a questão educacional era mencionada. A educação estava voltada à formação geral do homem: valores morais, éticos, religiosos, e a instrução aos conhecimentos específicos das diversas áreas do conhecimento.

<sup>3</sup> Santa Catarina, Jornal *O Cruzeiro do Sul*, nº 2, p.2, de 11 de março de 1858.

<sup>4</sup> SCHAFASCHEK, Rosicler. Educar para civilizar e instruir para progredir: análise de artigos divulgados pelos jornais de Desterro na década de 1850. (Dissertação de Mestrado) UFSC, Florianópolis, 1997, p.63.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 63.

João José Coutinho<sup>6</sup>, em seus discursos, também mostrava estar articulado a este pensamento. Ao completar dois meses frente à administração, por ocasião da abertura da primeira sessão da Assembléia Legislativa, na fala que dirigiu aos deputados reclamava do pequeno orçamento destinado à instrução pública:

Se se quizer, como entendo indispensável, dar aos meninos, além do conhecimento das primeiras letras, alguma educação, é necessário que as casas tenham acomodações adequadas às suas precisões. Se para as satisfazer eles tiverem que sair à rua, não só perderão grande tempo de estudo, como mais facilmente praticarão atos d' imoralidades.<sup>7</sup>

A escola, além de ser espaço para instruir as crianças com conhecimentos específicos das diferentes áreas, também, e principalmente, era espaço de difusão de valores morais e religiosos para formação de uma “civilidade”, questão indispensável para o desenvolvimento. “Civilizar a população era ‘conceder’ cidadania, entendida como direito civil de reconhecer-se como brasileiro, pertencente a uma cidade, sujeito a leis e não a vontades individuais e particulares”.<sup>8</sup>

João José Coutinho, relata a inexistência ou a precariedade do ensino secundário e a falta de apoio dos administradores para com este grau de ensino. Cobrou então da Assembléia a revisão do artigo da lei de 1848 que cancelava o pagamento do aluguel de 600\$000 réis, pelos cofres provinciais, para a casa dos Reverendos Padres da Companhia de Jesus onde funcionava um colégio. Exigiu que se voltasse a pagar tal ajuda *a tão importante colégio*<sup>9</sup>

Nos anos seguintes, a cada vez que se dirigia à Assembléia Legislativa de Santa Catarina, João José Coutinho fazia referência à precariedade do ensino e à necessidade de organizar a educação secundária na província.

A preocupação com a instrução pública não era uma questão específica de Santa Catarina. Haidar, em seu livro sobre o ensino secundário no Império, lembra que “a trégua política propiciada pela Conciliação inaugurou um período de relativa tranquilidade, no decorrer do qual, aos inúmeros empreendimentos de ordem material aliou-se a preocupação quase geral com o estado da instrução pública em todo o Império”<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> João José Coutinho foi presidente da província catarinense durante quase dez anos, de 1850 até final de 1859.

<sup>7</sup> Relatório do presidente da província João José Coutinho apresentado à Assembléia Legislativa em 19/03/1850, p.6.

<sup>8</sup> SCHAFASCHEK, op. cit., p. 64.

<sup>9</sup> Ibidem.

<sup>10</sup> HAIDAR. Maria de Lourdes Mariotto, O ensino secundário no Império brasileiro. São Paulo, Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972. p. 27.

Segundo Haidar, nesse período há toda uma preocupação em criar estabelecimentos de ensino secundário ou equiparar os já existentes nas províncias com os do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro. Discutia-se na Assembléia Geral a possibilidade de os Liceus provinciais que fossem organizados segundo os planos definidos para o Pedro II emitirem aos seus alunos o grau de bacharel em letras, e estes serem admitidos nos estabelecimentos de ensino superior independente de exame. Haidar observa que a unidade nacional, tão almejada naquele momento, “exigia também, na opinião de muitos, a uniformização do ensino em todo o país”. Como esta proposta não foi aprovada, os simpatizantes da centralização acreditavam “poder sustar a diversificação do ensino no país através da atuação dos presidentes de província, delegados do poder central”<sup>11</sup>. A persistência de Coutinho na cobrança junto à Assembléia provincial, a cada início de período legislativo, pela aprovação de recursos para este fim deixa claro esse intento.

Com relação ao papel desempenhado pelos presidentes de província na organização do ensino secundário a partir do modelo de ensino da Corte, o Ministro do Império Luiz Pereira de Couto Ferraz, em seu relatório de 1856, registra:

O zelo de grande parte daqueles Funcionários e o patriotismo de muitas destas corporações têm vindo em auxílio dos desejos do Governo, e já não são hoje poucas as Províncias onde, com mais ou menos extensão, com mais ou menos alterações, não tenham sido abraçadas as idéias cardeais das reformas aqui iniciadas.<sup>12</sup>

Em Santa Catarina, foram muitas as iniciativas de criação e de tentativa de manutenção do ensino secundário. Nas primeiras décadas do século XIX, contava-se com uma Aula Avulsa de Gramática Latina. Sobre esta, em 1816 o oficial d’Armada Paulo José Miguel de Brito, ao referir-se à instrução pública da Capitania, reconhece:

É sobremaneira apoucada a educação pública nessa Capitania; nela não há sociedade alguma literária, não há colégios, nem seminários, apenas um Professor régio de Gramática Latina na Capital, e algumas escolas de primeiras letras são os únicos meios de instrução que couberam em partilha a esses desgraçados povos, que pela maior parte fora das vilas não sabem ler, nem escrever. Contudo há na Capital pessoas que têm instrução (que elas não adquiriram no País), sendo certo que os homens que têm instrução os mandam para esta corte.<sup>13</sup>

Em 1830, no Relatório apresentado ao Conselho Geral da Província, Miguel de Souza Mello e Alvim informou que havia na cidade de Desterro, pagas pelo Estado, uma Aula

<sup>11</sup> HAIDAR, 1872, p.28.

<sup>12</sup> Relatório apresentado à assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pereira de Couto Ferraz, 1856, p.49. Apud Haidar, 1972, p. 29.

<sup>13</sup> BRITO, Paulo José Miguel de. **Memória Política de Santa Catarina**. Lisboa, 1829, p. 72-73.

Militar de Aritmética com 18 alunos, outra de Gramática Latina com 11, e uma de Anatomia e Cirurgia Prática com 3.<sup>14</sup>

Segundo Schardong,

nem todas essas iniciativas tiveram existência contínua mas evidenciaram a necessidade e o interesse do poder público em oferecer aos jovens desterrenses os conhecimentos necessários a fim de que pudessem exercer cargos e funções intermediárias que começavam a expandir-se na insipiente burocracia administrativa

<sup>15</sup>

No ano de 1837, foram criadas em Desterro duas cadeiras, uma de Filosofia Racional e Moral, Retórica e Geografia e outra de Aritmética, Álgebra, Geometria Teórica e Prática e Trigonometria Retilínea, constituindo um curso de dois anos. De acordo com Schardong, estas não entraram em funcionamento, inicialmente por não se apresentarem candidatos para regê-las e depois, quando um padre apresentou-se, “por não haver discípulos com indispensável instrução preparatória para ouvirem suas lições”.<sup>16</sup> A mesma autora informa que, passados cinco anos sem que as cadeiras fossem implementadas, a partir de 1842 não foi mais designado valor orçamentário para pagamento de professores, e a partir de então a província passou a conceder pensão aos jovens que se dispusessem a estudar nos colégios e seminários da Corte e em outras províncias, “tendo em vista formar o quadro técnico-administrativo, político e eclesiástico de que carecia”.<sup>17</sup> Entre os primeiros pensionistas estava Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva.

Depois disso, também na década de 1840, Jesuítas fundaram um Colégio Secundário, o primeiro da província catarinense.

No início de 1850, o Padre Joaquim de Oliveira e Paiva cria em Nossa Senhora do Desterro o "Colégio de Bellas Letras" destinado à formação da elite desterrense, disputava espaço com o Colégio dos Padres Jesuítas espanhóis. Havia grande concorrência entre ambos. Pe. Paiva contava com grandes personalidades no quadro de professores: Carlos João Watson, cônsul britânico em Desterro, o engenheiro argentino Dom Mariano Moreno, o médico Dr. Manuel Pinto Portela, o bacharel João Silveira de Souza e o professor Francisco de Paula Silveira. O estabelecimento funcionava em regime de internato e externato.

<sup>14</sup> Relatório do presidente da província Miguel de Souza Mello e Alvim apresentado ao Conselho Geral da Província em 1º de dezembro de 1830.

<sup>15</sup> SCHARDONG, Rosmeri. A instrução pública secundária em Desterro – O Atheneu Provincial (1874-1883), Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado, 1997, p. 16.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 22.

Mesmo assim, o que arrecadava não era suficiente para se manter. Atravessando dificuldades econômicas e não conseguindo diminuir o prestígio do colégio dos padres jesuítas, a despeito de toda a campanha contrária que realizara através dos jornais, padre Paiva fecha as portas do Colégio de Bellas Letras em julho de 1852.

No ano seguinte, em abril de 1853, depois de quase sete anos em funcionamento, o colégio dos jesuítas é obrigado a fechar suas portas, em consequência de uma epidemia de febre amarela que ocorreu em Desterro e vitimou inúmeras pessoas na cidade, inclusive padres e alunos do colégio.<sup>18</sup> Com a morte de seis padres jesuítas, os superiores da Companhia de Jesus consideraram impossível continuar as atividades. O presidente da província da época ainda fez um apelo para a permanência deles, conseguindo a aprovação pela Assembléia Legislativa de 3:000\$000 réis na tentativa de revitalizar o colégio e mantê-lo funcionando, o que não resolveu, como pode ser observado na carta do Padre Superior do colégio:

Exmo snr. Presidente

Vejo-me precisando antes da minha partida, a comunicar a v. Ex., que em vista das intermináveis dilações em que me tem as resoluções dos meus superiores, do dano que segue-se aos pais de família, tendo-lhes em suspensão, e do embaraço, que ocasiona a V. Ex. o estado de dúvida, e incertidão; não me podendo comprometer à reabilitação do extinto colégio; acho-me obrigado a desistir e não pensar na sua ulterior abertura.

Portanto peço a V. Ex. que prescindindo da dita esperança sobre o colégio, proceda a tomar as medidas ou resoluções, que na sua sabedoria achar mais conducentes à educação da mocidade da Província.<sup>19</sup>

Se a razão do fechamento estava de fato na febre amarela ou se esta fora apenas uma justificativa utilizada por eles, somente novas pesquisas poderão dizer. O fato é que com o fechamento dos dois colégios, Santa Catarina ficou sem nenhuma instituição de ensino secundário que atendesse aos jovens catarinenses, filhos de uma nascente elite que necessitava de formação educacional para a manutenção de cargos políticos e burocráticos

<sup>18</sup> As doenças contagiosas, como a febre amarela e o cólera-morbus, já eram conhecidas da população litorânea catarinense. Muito estava ligado às atividades portuárias, que facilitavam a entrada delas e seu contágio. No caso de Desterro, chegavam semanalmente inúmeros visitantes e tripulantes de embarcações que viajavam por diversos países. Outro foco de contágio estava ligado às questões de higiene. Na cidade, segundo Almeida, as condições de higiene eram de um estado lastimoso: as ruas e praças sujas, acúmulo de dejetos, lixo e fezes ao lado das casas, fontes e bicas poluídas, etc. (Almeida, Ribeiro de. Ensaio sobre salubridade, estatística e patologia da ilha de Santa Catarina e em particular na cidade de Desterro, citado por Cabral, O. R. Os jesuítas em Santa Catarina e o ensino das humanidades na Província. Florianópolis, IHGSC, 1940, p.26.) Em 1853, a febre amarela entrou na cidade, arrastando em seu caminho a vida de marinheiros, comerciantes, escravos e, também, dos jesuítas.

<sup>19</sup> Parte da Carta enviada ao presidente da província João José Coutinho pelo Superior do Colégio, Pe. Mariano Berdugo. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, documento 146, ano de 1854, caixa 4.

da província, além de conhecimento para os exames preparatórios para o ingresso nas faculdades em outras províncias brasileiras.

Essa situação provocou o surgimento de aulas particulares e ocasionou cobranças do presidente da província junto à Assembléia Provincial para a criação de um colégio público, laico, que fosse gerenciado, administrado e mantido pelo governo provincial. Os jornais que circulavam em Desterro publicavam, a cada semana, novos artigos sobre a educação da mocidade nas diversas cidades brasileiras, inclusive apresentando modelos educacionais concretizados em outros países.

Nesse contexto teve início o processo de constituição de um estabelecimento de ensino secundário “não religioso”. O presidente Coutinho começou a arquitetar a constituição deste estabelecimento criando, primeiramente, as cadeiras avulsas das aulas que futuramente formariam o Liceu.

Contudo, a tarefa de organizar o ensino secundário não foi fácil, dada as disputas locais pelo poder. Um exemplo disso aconteceu com a alocação de um professor interino para a aula avulsa de Gramática Latina. A mesma vagou quando, em meados de 1856, o professor regente pediu demissão do cargo. Por tornar-se vaga esta cadeira pública, para ela se ofereceu como professor interino o vigário Pe. Joaquim de Oliveira e Paiva, que estava lecionando em uma classe particular de Latim. Apoiado pelos Livramentistas e demais conservadores ligados ao mesmo grupo, o padre pleiteava a vaga, o que reforçaria seu poder frente à sociedade catarinense. A imprensa já o indicava para esta função, afirmando que “para reger a cadeira de Latim existe o Reverendo Sr. Joaquim Gomes d’Oliveira e Paiva, Vigário da Freguesia desta Cidade. S.Ex. não encontrará melhor”<sup>20</sup>.

O presidente Coutinho, porém, assim não o entendia. Quer fosse por uma questão política, quer fosse pela idéia de criar um Liceu onde todas as cadeiras estivessem reunidas num mesmo lugar e para as quais se fariam concursos de provimento, ele preferiu não aceitar o pedido do Pe. Paiva e negou-lhe a regência. O editor do jornal O Argos assim se referiu a este fato:

O Reverendo Vigário da Matriz desta Capital requereu, há poucos dias o provimento interino da cadeira de Latim; S.Ex. houve por bem indeferir a sua justa pretensão em observância a Lei novíssima! (Lei nº 417)

---

<sup>20</sup> SANTA CATARINA. **O Argos**, n. 4, de 11 de janeiro de 1856.

E então!... Que argumentos se produzirão que possam destruir estes fatos?! Nenhuns por certo. Só por nímio capricho poderia um Presidente de Província proceder de tal maneira.<sup>21</sup>

Essa atitude gerou um grande desconforto político na capital, Desterro, com os partidários do Pe. Paiva tomando suas dores e criticando abertamente pela imprensa o presidente da província. Nesse período, o presidente João José Coutinho chegou a ser destituído da presidência; mas antes mesmo que tivesse recebido esta determinação do governo imperial, chegou às suas mãos outro documento reconduzindo-o para o cargo.

Por que o presidente Coutinho negou a cadeira de Latim ao Padre Paiva e colocou como professor um imigrante alemão e protestante recentemente chegado ao Brasil? Era uma forma de criar um vínculo ou de manter o controle sobre os imigrantes que começavam a chegar em grande número para formar colônias em Santa Catarina? Sendo a religião católica a oficial do Estado, como pôde preferir um estrangeiro protestante?

Com a aprovação dessa lei foram criadas as cadeiras de Francês, Inglês, Latim, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, História e Geografia e Matemáticas Elementares, a serem providas interinamente durante o primeiro ano e depois postas a concurso (maiores detalhes ver Lei 417, anexo 3). Schardong reitera que as cadeiras criadas pela Lei 417 compuseram o Liceu Provincial, primeiro colégio secundário público propriamente dito, ou seja, financiado e dirigido pelo Estado.<sup>22</sup>

O Liceu iniciou seu funcionamento em fevereiro de 1857, na chácara Mato Grosso, atual Praça Getúlio Vargas. Na época, este lugar era afastado do centro urbano e abrigava as chácaras, os abastados da cidade, que nos tempos normais serviam de moradia de verão e nos de epidemia, de esconderijo. O prédio pertencia aos RR PP missionários da Companhia de Jesus.

De início, foram providas interinamente as cadeiras de Francês - João José das Rosas Ribeiro de Almeida; de inglês - Guilherme Wellington; de Latim - Ricardo Becker; Matemática (Aritmética, Álgebra até Equações do 2º Grau e Geometria) - Fritz Müller. A presença de três professores protestantes expressa algo inteiramente novo na tradicional capital da província. Ricardo Becker, um dos que não professava a religião católica, além das aulas de Latim assumiu a função de diretor do Liceu, por nomeação do presidente da província.

---

<sup>21</sup> Ibidem, n. 54, de 8 de julho de 1856.

<sup>22</sup> SCHARDONG, Rosmeri. A instrução secundária em Desterro – O Atheneu Provincial (1874 -1883), Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado, 1997, p.39.





O Colégio dos Jesuítas, local onde funcionou o Liceu Provincial, de Eduardo Dias. Óleo sobre tela, sem data. 23,5 x 33cm. Acervo do MASC – Museu de Arte de Santa Catarina.

A atitude do presidente da província com relação à composição do quadro de professores parece não ter sido compreendida pelos líderes locais, principalmente pelos vinculados ao partido conservador. A indicação desses professores alemães provocou a ira de um grupo de conservadores ligados ao padre Paiva, que saíram em defesa da moral e da religião católica. Em um artigo do jornal *O Argos* de 23 de janeiro de 1857, aparece o seguinte:

Consta-nos que no dia 2 do mês de Fevereiro próximo vindouro será aberto o Liceu dos Alemães. O Sr. Dr. em medicina Hermógenes de Miranda Ferreira Souto, lente da cadeira de francês está incumbido de recitar um discurso Análogo a esse ato, e quando por algum incidente que o prive de fazê-lo (dizem, porém custa-me a crer) será desempenhado por um dos estrangeiros no idioma alemão! É tempo de virem chegando os alemães das colônias para se matricularem.<sup>23</sup>

Alguns meses depois o redator desse mesmo jornal novamente expressa sua desaprovação pelos professores alemães no Liceu fazendo a seguinte afirmação: “Dizem-me que alguns dos meninos do supradito cujo mencionado Liceu já esqueceram a sua língua, e

<sup>23</sup> SANTA CATARINA, *o Argos*, segundo Ano – n. 109, Publicações a Pedido - Instrução Secundária, p.3, c.1, 23 de Janeiro de 1857.

outros a falam tão mal que ninguém os entende, não podia ser por menos; naquela confusão de línguas quem não esquecerá a sua”.<sup>24</sup>

A contratação destes alemães não agradava nada a um grupo de conservadores residentes em Desterro, sobretudo porque queriam a presença do padre Paiva novamente na província. Segundo o editor do jornal O Argos, com a contratação por concurso dos professores Müller e Becker, o presidente Coutinho criou um problema muito grande para o seu sucessor:

O Sr. João José Coutinho acaba de criar para o seu sucessor uma série de dificuldades, porque foi prover definitivamente professores protestantes contra a Constituição do Império, contra as leis vigentes, contra uma lei especial da província, e contra todas as conveniências.

Foi despedaçada a Constituição, foi muito escarnecida a boa fé de um povo generoso e sobremaneira dócil; foi um menosprezo a todas as conveniências públicas, e insulto a opinião geral, a admissão a concurso de dois indivíduos, que nem são católicos romanos, como mui positivamente exige a Lei.

É neste caso inaudito em todo o Império, que houvesse um presidente que fosse entregar a um estrangeiro Alemão e protestante a direção, ainda que é pago por católicos, e para instrução de católicos, e com o dinheiro contribuído por brasileiros.<sup>25</sup>

A pressão era muito forte para que fossem afastados das funções estes professores alemães e não-católicos. Do ponto de vista de Paiva e seus seguidores, era inconcebível que um dirigente não preservasse, sob qualquer hipótese, a moral e os bons costumes vinculados à fé católica, ainda mais às custas dos “impostos dos católicos”. No entanto, ao que parece, em nenhum momento Coutinho fez algum movimento para afastar qualquer um dos alemães das funções para as quais haviam sido designados. Antes o contrário, criava novas atribuições para eles.

Robert Ave-Lalemant, ao passar por Desterro em uma de suas viagens pela província de Santa Catarina, constatou a existência de pressão sobre os alemães que lecionavam no Liceu. Diz que, nos poucos dias que ali esteve, conheceu poucas pessoas, entre elas o presidente Coutinho, que foi muito amável com ele, e alguns alemães professores do Liceu de Desterro.

Exatamente durante os dias de minha estada em Desterro a imprensa local lhes amargurava a vida. Aqueles senhores são protestantes e julga-se que isso é perigoso para a juventude. Por Deus, que acabem com essa fastidiosa contenda! Primeiro não nos querem deixar o Evangelho e depois não querem aceitar o nosso saber! Entretanto, podemos ficar tranqüilos, pois francamente, não creio que os três jornais

<sup>24</sup> Ibidem, n.161, p. 2, c. 3, sábado 18 de Julho de 1857.

<sup>25</sup> Ibidem, Terceiro Ano, n.313, sábado 17 de Julho de 1858.

de Desterro, “o Argos”, o “S. Telmo” e o “Cruzeiro”, por mais importantes que sejam, possam deter o progresso do nosso século.<sup>26</sup>

Mesmo que Ave-Lallemant tenha feito alusão aos três jornais como idênticos, os dois primeiros é que eram, oficialmente, opositores do governo provincial. O jornal S. Telmo e o Argos eram do mesmo proprietário, e ambos eram sustentados com notícias pelo padre Paiva. Já o jornal O Cruzeiro do Sul, de tendência liberal, publicava artigos em defesa de Coutinho e dos alemães.

De acordo com o que Müller escrevera em sua carta autobiográfica, inicialmente a idéia de mudar-se de Blumenau para Desterro e passar a trabalhar como professor no Liceu não lhe agradou mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de realizar estudos sobre crustáceos no litoral e na ilha o fez aceitar o convite:

Os ricos tesouros faunísticos que eu achei disseminados por aqui e mesmo em Desterro deixaram meu velho prazer pela pesquisa da fauna marítima inflamar-se novamente em chamas ardente, a qual eu dediquei com afinco no Mar Báltico, perto de Greifswald com meu amigo Max Schultze – este notável anatomista, falecido infelizmente tão cedo.

Poder explorar um mar quase tropical e transbordante de vida, ao invés do pequeno Mar Báltico isto constitui para mim uma enorme perspectiva. O que o presidente da província me comunicou sobre a escola a ser fundada e a minha colocação na mesma, foi do meu agrado.<sup>27</sup>

Mesmo não sendo idéia de Müller vir para o Brasil para dar prosseguimento às pesquisas que desenvolvia na Europa, ser professor no Liceu criou as condições para que ele voltasse a pesquisar sobre os crustáceos na Ilha de Santa Catarina. Era necessidade da Província ou do país desenvolver este tipo de pesquisa naquele momento?

Independentemente da razão presente naquele momento, o fato é que as pesquisas realizadas por Müller e sua determinação em defesa da ciência são marcos na história de Santa Catarina. Em seu estudo sobre Fritz Müller, Evaldo Pauli indica que

no Estado de Santa Catarina as idéias filosóficas e estéticas entraram a ser objeto de discussão a começar de meados do século 19, quando o Governo da Província implantava o ensino médio oficial. Desde então há uma história do pensamento catarinense, que se transmite, de geração em geração, até hoje. Uma figura singular participa deste processo, o alemão, que se fez brasileiro, Doutor Fritz Müller, filósofo (formado aos 22 anos), naturalista e

<sup>26</sup> AVE-LALLEMANT. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo. (1858)**; Tradução Teodoro Cabral. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.

<sup>27</sup> Carta-biográfica de Fritz Müller. In: **Blumenau em Cadernos**, Tomo 24, n. 25, maio de 1983, p.132.

evolucionista, mas sobretudo zoólogo, colaborador e correspondente do inglês Charles Darwin (1809-1882) e do alemão Ernst Haeckel (1834-1919).<sup>28</sup>

Em Blumenau, na casa onde viveu Müller durante os anos em que morou naquele município, foi formado em 1939 o Museu Ecológico Fritz Müller, inicialmente composto por pequenas coleções de história natural.

Esses três professores tinham uma formação acadêmica voltada para as ciências naturais reconhecida internacionalmente, sobretudo Müller. Mas por certo não era somente a formação deles que levou Coutinho a contratá-los como professor do Liceu, principalmente se considerarmos que havia outras pessoas em Desterro que poderiam trabalhar as cadeiras de ciências naturais. Na cidade residiam médicos, engenheiros, bacharéis. João Silveira de Souza, por exemplo, atuou como professor no colégio de Bellas Letras e era formado bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Talvez a razão estivesse no fato de que, se eles não fossem ocupados no Liceu, acabariam criando escolas nas colônias e aí o controle sobre eles ficaria muito mais limitado. Dado o histórico de militância de Fritz Müller, todo o acompanhamento sobre seus passos traduzia-se em garantia para o projeto do “Estado Nacional Moderno”, onde a liberdade tão proclamada só poderia ocorrer dentro de uma ordem previsível, dominável, garantindo estabilidade para os agentes do poder.

Ao mesmo tempo, a proximidade com esses alemães poderia abrir canais de comunicação com os demais colonos que se instalavam, naquele momento, no Vale do Itajaí e Joinville. Os imigrantes que chegaram durante a década de 1850 e formaram a colônia de Blumenau não eram apenas agricultores. Segundo Singer, “entre os primeiros 17 imigrantes havia 11 homens adultos. Destes, apenas 3 eram lavradores, 1 era veterinário, 1 agrimensor e 6 eram artesãos: ferreiros, carpinteiros, funileiros, etc...”.<sup>29</sup> Embora todos inicialmente trabalhassem na agricultura, nos horários de folga praticavam seu ofício e, assim que as condições de subsistência estavam asseguradas e a colônia crescia, começaram a criar pequenas indústrias, tanto que em 1859 – o mesmo autor relata – já havia na colônia

---

<sup>28</sup> Tese de Evaldo Pauli, apresentada e aprovada, no VIII Congresso Interamericano de Filosofia, reunido em Brasília, em 29 de novembro de 1972, e impressa nos respectivos Anais, reimpressa em 1973, pela Fundação Casa Dr. Blumenau). Disponível em: ([www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Catarinense/FRITZMUL](http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Catarinense/FRITZMUL)).

<sup>29</sup> SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Editora Nacional, 2ª ed. 1997, p. 98.

Blumenau “2 selarias, 6 marcenarias, 3 pedreiros, 2 ferrarias, 6 carpintarias, 1 lancheiro, 2 alfaiatarias, 3 sapateiros, 1 padeiro, 1 latoeiro, além de diversos profissionais liberais”.<sup>30</sup>

Como o Brasil buscava o desenvolvimento e este estava atrelado ao nascimento da indústria, o que presumia conhecimento científico e tecnológico, e Coutinho estava ciente de quem eram os imigrantes, talvez não lhe restasse outra alternativa a não ser chamá-los para junto de si.

Com relação ao Liceu, embora havendo o predomínio do ensino de línguas, o que evidencia a preponderância da cultura clássico-literária, foi aberto espaço para a introdução das ciências naturais. Coutinho compartilhava da idéia. Em seu relatório à Assembléia Legislativa ressaltou que “é sobre as ciências naturais que se baseiam os grandes progressos da agricultura, da indústria fabril, dos meios de comunicação, etc., de que justamente se ufana o nosso século”.<sup>31</sup> No mesmo relatório sugeriu ao legislativo a

criação de uma cadeira de Ciências Naturais, ou Físicas, e outra de Desenho. Essas cadeiras, chamando a atenção dos alunos a objetos concretos e reais, darão um conveniente contrapeso aos estudos abstratos da Matemática, Filosofia e Línguas. (...) A cadeira de Desenho unida às de Ciências Naturais, e de Matemáticas Elementares, é de grande vantagem, ou para melhor dizer, necessária para termos bons e esclarecidos artífices.<sup>32</sup>

Segundo Schar Dong, no Regulamento de Instrução Secundária de 30/06/1859 essas idéias foram incorporadas e as cadeiras do Liceu ficaram distribuídas conforme mostra o Quadro 2.<sup>33</sup>

**Quadro 2: Currículo do Liceu Provincial**

Anos letivos	Cadeiras						
	Latim	Francês	Aritmética	Desenho			
1º	Latim	Francês	Aritmética	Desenho			
2º	“	“	“	“	Inglês		
3º	“	“	Álgebra	“	“	Zoologia	
4º	Retórica	Geometria	Geometria	“	“	Botânica	Geografia e História
5º	“	Retórica e Poética	Filosofia		“	Química	“
6º	“	“	“			Física	“

**Fonte:** Regulamento da Instrução Secundária de 30.6.1859

<sup>30</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>31</sup> Relatório do presidente da província João José Coutinho apresentado à Assembléia Legislativa em 01/03/1859.

<sup>32</sup> Ibidem, 01/03/1859.

<sup>33</sup> O quadro I foi reproduzido na íntegra da dissertação de Rosmeri Shardon, “A instrução pública secundária em Desterro – O Atheneu Provincial (1874-1883), Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado, 1997”, p. 42.

Nesta mesma linha de buscar incentivar mais o ensino através de experiências concretas, Coutinho autorizou Fritz Müller a comprar alguns *utencis* para formar um pequeno gabinete de Física e Química. Na sua fala à Assembléia Legislativa, quando prestava contas do orçamento do ensino secundário, o Presidente diz que “ao Professor incumbido do ensino das ciências naturais se entregou a quantia de 500\$, para mandar vir da Europa *utencis* para um pequeno gabinete de Física e Química”<sup>34</sup>.

No mesmo período Fritz Müller organizou, com o apoio de Coutinho, um pequeno Jardim Botânico nas proximidades do Liceu Provincial. Müller confessa que Coutinho “não apenas me cedeu um pedaço da chácara que rodeava a escola, para formação de um pequeno Jardim Botânico, como também me arranjava para este jardim, sementes e plantas da única palmeira buriti da Província, esta bela planta que em geral não aparece perto da costa”<sup>35</sup>.

Segundo Haidar, o esforço desempenhado por algumas províncias brasileiras em enriquecer o currículo dos Liceus com a inclusão de maior quantidade de conhecimentos científicos foi totalmente frustrado. Os alunos só se matriculavam em disciplinas necessárias aos exames preparatórios para o ingresso nas faculdades. Como as cadeiras de física, química e história natural eram desnecessárias para o preparo dos aspirantes aos cursos superiores, as matrículas eram poucas e gradativamente foram sendo suprimidas dos currículos.<sup>36</sup>

## A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO LICEU PROVINCIAL CATARINENSE

No início de 1857, o Liceu inicia suas atividades com quatro das sete cadeiras funcionando, tendo matriculado 18 alunos, dos quais 10 na aula de Inglês, 9 na de Latim, em Francês 5 e em Matemáticas somente 2. Nos exames de final de ano, somente um estudante foi aprovado, em Latim, disciplina que já estudava anteriormente à sua entrada no Liceu<sup>37</sup>. Apontando o pouco resultado do primeiro ano de funcionamento do Liceu, a imprensa opositora ao governo de Coutinho trazia às páginas de seu jornal inúmeras críticas e mesmo chacotas em relação ao estabelecimento, criando uma imagem negativa do colégio.

<sup>34</sup> Relatório do presidente da província João José Coutinho apresentado à Assembléia Legislativa, março de 1859, p.3.

<sup>35</sup> Carta-biográfica de Fritz Müller. In: **Blumenau em Cadernos**, Tomo 24, n. 25, maio de 1983, p.133.

<sup>36</sup> HAIDAR, op. cit., p. 70.

<sup>37</sup> Fala à Assembléia Legislativa Provincial, pelo presidente João José Coutinho, em 1858.

## O Chamado Liceu

Consta que lá no museu, digo liceu, já há o que quer que seja de desordem entre os lentes e os discípulos! Eu bem digo, que quando a cabeça não governa o corpo perde o equilíbrio e prostra-se. Tal será o fim do nascente estabelecimento! Uma vez que ele foi estabelecido sem ser sobre as sólidas bases da moral, não pode persistir senão por pouco tempo: é uma soma que a Província despense sem proveito real.

O Almocreve.<sup>38</sup>

Em meados de 1858 aconteceram os primeiros concursos para provimento vitalício das cadeiras do Liceu. Para ela se apresentaram os professores que já as regiam interinamente, além do sr. João José das Rosas Ribeiro d’Almeida, que conquistou a de Francês, devido à saída do professor Dr. Hermógenes de M. F. Souto, que foi trabalhar como médico no Corpo de Saúde da Armada Nacional. Regiam interinamente, desde janeiro desse mesmo ano, os professores Francisco Manoel Raposo d’Almeida para as disciplinas de História e Geografia, passando posteriormente a lecionar Filosofia, e o Pe. Sebastião Antônio Martins para a de Retórica e Poética. Para a vaga de História e Geografia foi chamado o sr. Carlos Julio Rodolpho Parucher.

Naquele ano o Liceu teve um pequeno aumento no número de matrículas, como consta da Fala do presidente João José Coutinho à Assembléia Provincial no início de 1859: nas aulas do Liceu matricularam-se 24 alunos; um destes deixou de comparecer desde o primeiro dia. Dos 23, freqüentaram as aulas de Latim 14, de Francês 11, de Inglês 10, de Matemática 5, de Geografia 2 e de Filosofia 3. Nos exames de final de ano, houve uma melhora gradual na classificação dos estudantes, chegando a receber prêmios de 1ª ordem 1 aluno, de 2ª ordem 2 alunos e de 3ª ordem 4 alunos, distribuídos pelo próprio presidente Coutinho. Estes prêmios consistiam em livros vindos do Rio de Janeiro a pedido do mesmo presidente, “para entregar-se aos alunos que mais se destacaram no ano letivo e nos exames”<sup>39</sup>.

No início de 1860 o diretor do Liceu, Dr. Ricardo Becker, apresentou em seu relatório uma lista dos alunos que cursaram as aulas no ano anterior, acompanhada da avaliação de cada disciplina. Pelo que pode ser percebido, freqüentaram as aulas 36 alunos, sendo que dois deles não se apresentaram para fazer exames finais. Entre aqueles que estiveram nas aulas do Liceu Provincial em 1859 estavam os filhos das famílias mais ilustres de Desterro, entre eles um dos filhos de João José Coutinho. Além deste, sobrenomes como da Silveira, d’Oliveira, Ferreira de Mello, d’Albuquerque e Mello, Callado e Ramos, que estavam entre os

<sup>38</sup> Publicado no Jornal **O Argos**, n. 130, de 7 de abril de 1857.

<sup>39</sup> Relatório apresentado na entrega do cargo pelo presidente João José Coutinho, em 1859.

alunos deste colégio, passaram a ocupar os principais cargos políticos em Santa Catarina. A lista completa dos alunos matriculados no ano de 1859 pode ser conferida no Anexo 4.

A cada ano, o Liceu Provincial aumentava seu número de estudantes e disciplinas oferecidas. Em 1859, o presidente João José Coutinho autorizou o professor Fritz Müller, conforme sua fala à Assembléia Legislativa, a adquirir instrumentos e materiais necessários para a abertura de uma aula de Ciências Naturais<sup>40</sup>, que contaria com um gabinete de Física e Química, e também a criação e manutenção de um Jardim Botânico nas redondezas do edifício do colégio. Com essa autorização de Coutinho, Müller mandou vir da Alemanha uma série de equipamentos para compor o gabinete. Porém, logo depois de terem chegado a Santa Catarina estes utensílios, ocorreu a saída de Coutinho da presidência da província e, com isso, Fritz Müller solicitou sua demissão como professor de ciências naturais. Então, segundo Schardong, a aparelhagem do gabinete de Física e de Química vinda da Alemanha foi vendida por uma bagatela e o incipiente Jardim Botânico desapareceu debaixo do mato.<sup>41</sup>

Em seu último ano de governo, o Presidente João José Coutinho ainda organizou um Regulamento<sup>42</sup> interno para o Liceu, no qual se determinavam as diversas normas de funcionamento das aulas, do provimento dos professores, das atribuições dos mesmos e do Diretor Geral do estabelecimento, das matrículas, freqüência e exames dos alunos, da distribuição de prêmios, das atribuições do cargo de Porteiro.

Segundo este regulamento, os livros e compêndios utilizados para as aulas seriam os mesmos do Imperial Colégio D. Pedro II, modelo para os demais liceus públicos do Império. Caso fossem escolhidos outros livros, estes deveriam ser antes aprovados pelo presidente da província. A aquisição dos materiais para as diversas aulas corria por conta dos alunos, sendo despesas particulares a compra dos compêndios, dos livros para estudo, papéis, lápis, penas. Por conta do orçamento provincial ficava a manutenção das salas do edifício, a compra dos materiais que os professores utilizavam, além de quadros-negros, cadeiras e mesas.

Com relação à matrícula e freqüência dos alunos, o mesmo dispositivo determinava que não seriam admitidos à matrícula os escravos, aqueles que sofressem de alguma doença contagiosa e os que houvessem sido expulsos de outras aulas, ou mesmo das que já haviam

---

<sup>40</sup> Esta aula já havia sido reclamada pelo presidente Coutinho, em sua fala à Assembléia no ano anterior, juntamente com a possibilidade de criação de uma cadeira de língua alemã, aproveitando-se do fato de ter o Liceu dois professores alemães, habilitados para essa função. A cadeira de língua alemã, porém, nunca foi instituída.

<sup>41</sup> SCHARDONG, op. cit., p. 42.

<sup>42</sup> SANTA CATARINA, Coleção de leis provinciais, Regulamento de 30 de junho de 1859.



freqüentado no Liceu, por mau comportamento. As expulsões só poderiam acontecer por ordem do presidente da província. Era livre ao aluno matricular-se nas matérias que quisesse cursar, observando algumas exigências como os horários de cada aula e as disciplinas que tinham pré-requisitos como Geografia e História, onde o aluno deveria ter conhecimento de Francês, e as de Ciências Naturais, Retórica e Filosofia, que exigiam suficientes lições da língua latina.

Para Fritz Müller este sistema não parecia muito adequado, conforme escreve em sua carta autobiográfica:

Para quem estava acostumado aos costumes escolares alemães, esta escola foi uma coisa meio esquisita. Isto porque, as classes que cada aluno tinha que passar não existiam, como também não havia qualquer plano de ensino definido. Também os pais podiam matricular os filhos na disciplina que mais lhe agradasse, como em nossas universidades alemãs. Um começava com Latim, outro com Francês e um terceiro com Matemática. Um podia começar com uma matéria, o outro com duas e um terceiro simultaneamente com todas as quatro matérias exigidas no início da escola. Alguns assistiam uma matéria no terceiro ano, outra no segundo e uma terceira no primeiro ano. Desta forma era extremamente trabalhoso fazer horário que desse oportunidade, a cada aluno, de poder assistir as disciplinas desejadas.<sup>43</sup>

Mesmo com esta organização que tornava difícil atender a todos os alunos, conforme mencionara Müller, como também com as críticas que recebia constantemente, de modo especial dos opositores de Coutinho, o Liceu Provincial continuou funcionando até o início da década de 1860, tendo então sido fechado.

A criação do Liceu Provincial, primeiro colégio público de ensino secundário na província de Santa Catarina, ao mesmo tempo que revela semelhança com o ensino secundário das demais províncias brasileiras - havia uma preocupação em criar e manter escolas desse nível de ensino, com introdução de conteúdos de ciências naturais que de certa forma eram anunciadoras de um novo momento histórico -, também revela questões que se diferenciam como a inclusão no quadro de professores pessoas que não atendem preceitos constitucionais tão caros naquele momento como professar a religião católica. O não preenchimento desse ponto foi responsável por conflitos e pela introdução de novos valores na província catarinense.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília: EuB, 1963.

<sup>43</sup> Carta biográfica de Fritz Müller. In: **Blumenau em Cadernos**, Tomo 24, n. 25, maio de 1983.

**Blumenau em Cadernos**, Tomo 24, n. 25, maio de 1983, p.133.

BRITO, Paulo José Miguel de. **Memória Política de Santa Catarina**. Lisboa, 1829.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CERTAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. De Maria de Lordes Menezes, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. 1990.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto, **O ensino secundário no Império brasileiro**. São Paulo, Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1972.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Cultura escolar/ Cultura oral em São Paulo (1820-1860)**. In: VIDAL, Diana Gonçalves, HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (org.). **Brasil 500 anos**: Tópicos de História da Educação. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTA CATARINA. **Relatórios apresentados à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pereira de Couto Ferraz**, 1856, p. 49. Apud Haidar, 1972.

\_\_\_\_\_. **Relatórios dos presidentes da província**.

\_\_\_\_\_. **Coleção de leis provinciais e Regulamentos do ensino secundário**.

\_\_\_\_\_. **Jornal O Cruzeiro do Sul**, nº 2, p.2, de 11 de março de 1858.

\_\_\_\_\_. **O Conservador**, n. 315, p.3, c.1, 17/04/1855.

\_\_\_\_\_. **Jornal O Conciliador Catharinense**, nº 70, de 5 de janeiro de 1850.

\_\_\_\_\_. **O Argos**, n. 4, de 11 de janeiro de 1856.

SCHAFASCHEK, Rosicler. **Educar para civilizar e instruir para progredir: análise de artigos divulgados pelos jornais de Desterro na década de 1850**. (Dissertação de Mestrado) UFSC, Florianópolis, 1997.

SCHARDONG, Rosmeri. **A instrução pública secundária em Desterro – O Atheneu Provincial (1874-1883)**, Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado, 1997.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**: uma análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo, Editora Nacional, 2ª ed. 1997.